



## Mercado Imobiliário aponta medidas concretas para retomada da economia

Crescer forte em 2021 é o desejo do mercado imobiliário. Com foco nas pessoas, inovação tecnológica e expansão do portfólio, as empresas têm motivos para acreditar e investir, porém, desejam medidas concretas para a retomada da economia, como aponta o presidente do Sinduscon-ES, Paulo Baraona. "Acreditamos que confiança é o combustível do empreendedor, assim como segurança jurídica, crédito acessível, juros baixos e inflação controlada. Para que tenhamos um ambiente favorável, que garanta o crescimento econômico do Brasil, precisamos que seja feita a reforma administrativa, bem como a simplificação tributária".

## Menos interferências políticas e mais empregos

Para Baraona, o ajuste fiscal almejado pelo segmento imobiliário deve ser capaz de reduzir efetivamente a dívida pública, que hoje está em 91% do PIB, uma das maiores do planeta. "Os poderes precisam respeitar o teto de gastos públicos, mesmo em um momento tão difícil quanto o atual". Baraona defende também

que o programa de concessões e privatizações, indispensável ao desenvolvimento e à geração de empregos, prossiga e que os marcos regulatórios convergentes com as metas do crescimento sustentado sejam rapidamente aprovados. "A economia brasileira precisa caminhar sem tantas interferências políticas. Não podemos ficar vulneráveis a embates exclusivos do campo ideológico. Uma economia estável é o que garante um país com oportunidades para todos os cidadãos", completa.

Para o diretor-geral da VTO Polos Empresariais e diretor da Ademi-ES, Alexandre Schubert, um importante ponto são as ações de combate à pandemia. "É importante reforçar a fiscalização dos protocolos de prevenção e apoio coordenado à vacinação, em especial, no âmbito municipal. Esse esforço é fundamental para diminuir o impacto da pandemia e promover a retomada do crescimento econômico em 2021". Outro ponto em questão defendido pelo empresário é a gestão fiscal voltada à redução do desperdício. "É preciso investir na racionalização de processos na administração pública, com a promoção de ações voltadas à redução do desperdício, tendo atenção especial à produtividade dos órgãos públicos". Como exemplo ele cita a revisão dos fluxos, da documentação de processos e da alocação de funcionários que estão em áreas improdutivas para outras com maior demanda. "Por exemplo, hoje, na emissão do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que ocorre na transação de imóveis, muitas prefeituras exigem que o fiscal vá ao local avaliar o bem comercializado. Mas isso não é necessário. Existe uma planta genérica de valores que permite, pela internet, determinar a matrícula do imóvel e, portanto, sua localização e área definida. Assim ele pode fazer o cruzamento dos dados dessa planta e emitir o valor a ser pago, liberando o funcionário envolvido na demorada demanda para atuar em outras áreas de fiscalização, como as da pandemia", salienta Schubert.



Diretor-geral da VTO Polos Empresariais e diretor da Ademi-ES, Alexandre Schubert.

## Expectativa de investimentos públicos para retomada econômica

A retomada da atividade econômica é, sem dúvida, uma urgência para a construção civil, setor que é apontado como o termômetro da economia do país, afinal, quando a construção civil vai bem, a economia brasileira reage rápido, com aumento do PIB. Na opinião da economista da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do ES, Poliyanna Paganoto Moura, doutora em economia do desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para incentivar a economia doméstica é preciso que haja investimento, com geração de renda para que os indivíduos e suas famílias consumam, propiciando efeitos multiplicadores em toda cadeia econômica. "A exemplo das grandes economias capitalistas, o estado deve liderar essa retomada proporcionando um ambiente seguro e atrativo para ser seguido pelo setor privado. E gerando emprego e renda que a atividade econômica tem condições de retomar".

O caminho apontado pela economista inclui um programa de obras públicas em setores essenciais (saúde, educação, saneamento) e estratégicos (obras de infraestrutura logística para atração do setor privado). "Além de gerar empregos, esse programa demanda demandas do setor privado", observa. Uma reforma tributária progressiva também foi indicada pela economista, desonerando a produção e o consumo. "No Brasil, a tabela tributária tem sua arrecadação principal nos impostos indiretos, que incluem tributos sobre a produção e consumo. Ou seja, todos pagam a mesma alíquota, independente da renda", avalia a economista. Ela indica ainda um programa de renda mínima mais robusto, de modo que viabilize um nível permanente de consumo dentro os mais pobres. "A população mais pobre tende a consumir tudo o que recebe, gerando uma multiplicação em termos econômicos", completa.



Poliyanna Paganoto Moura, economista da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.